



ATA Nº 10

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 3 DE MAIO DE 2023

PRESIDÊNCIA: Vânia Marisa Borges Figueiredo Ferreira. -----

VEREADORES PRESENTES: Paula Cristina Borges de Sousa, Ricky Joe Baptista, Otilia Maria de Sousa Martins, Pedro Jorge Mendes Machado, em substituição de Berto José Branco Messias, Marco Euclides Lemos Martins e Leila Meneses Dinis, em substituição de Isménia Carvalho Landeiro Alves. -----

FALTAS JUSTIFICADAS: Berto José Branco Messias, Isménia Carvalho Landeiro Alves e Nuno Miguel Leal Ribeiro. -----

HORA DE ABERTURA: 14H00M -----

----- Aos três dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três, na Academia de Juventude e das Artes da Ilha Terceira, desta Cidade, reuniu a Câmara Municipal da Praia da Vitória, sob a Presidência de Vânia Marisa Borges Figueiredo Ferreira, estando presentes os Vereadores Paula Cristina Borges de Sousa, Ricky Joe Baptista, Otilia Maria de Sousa Martins, Pedro Jorge Mendes Machado, em substituição de Berto José Branco Messias, Marco Euclides Lemos Martins e Leila Meneses Dinis, em substituição de Isménia Carvalho Landeiro Alves. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria da Conceição Leal de Lima, Chefe da Divisão Administrativa e Jurídica. -----

----- E sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando-se haver “quórum” para o funcionamento do Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, a Excelentíssima senhora Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- De seguida o Executivo deliberou, por votação secreta, considerar justificadas as faltas de comparência à reunião. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

----- Ao dar início aos trabalhos a senhora Presidente deu a palavra aos Vereadores para eventuais intervenções. -----



----- O Vereador Marco Martins questionou o ponto de situação relativamente à rede de creches e atl's, dizendo que, de acordo com a informação que tinham, o Instituto de Segurança Social dos Açores já tinha reconhecido um pedido da Cooperativa Praia Cultural, sobre o estatuto de utilidade social, o que, em termos práticos, iria influir nas mensalidades com a questão do IVA, do qual poderia, em última instância, ser isento, pelo que perguntou se, de facto, as faturas já estão com esta atualização. -----

----- Sobre essa questão, a Vereadora Paula Sousa respondeu confirmando que, de facto, a Cooperativa Praia Cultural obteve o reconhecimento de utilidade pública e que as mensalidades já foram todas acertadas, em conformidade com o valor do IVA que foi deduzido. -----

----- O Vereador Marco Martins prosseguiu abordando, novamente, a questão do TTI – Terceira Tech Island, designadamente, sobre três empresas que, à partida, estariam para se fixar na Praia da Vitória, e sobre as quais a senhora Presidente, anteriormente, havia apresentado o ponto de situação, bem como sobre outras duas e, face a essa situação, perguntou qual é, nesta data, o ponto de situação. -----

----- A senhora Presidente respondeu que, desde a última vez que falaram desta matéria em reunião de Câmara, não houve grandes alterações, mas, no entanto, na semana passada, reuniu com o senhor Secretário das Finanças, o qual tutela esta matéria, no sentido de mostrar algumas das preocupações do Executivo, no seguimento de todo este projeto, que já vem sendo desenvolvido na Praia da Vitória. -----

----- Continuou dizendo que, no âmbito da reunião que tiveram, o relatório final já foi apresentado à Secretaria, uma vez que o contrato ARAAL prevê que se efetive um relatório trimestral de toda a atividade deste projeto, e que seja direcionado para a Secretaria, tendo o relatório sido feito no fecho do mês de março de dois mil e vinte e três, aguardando-se a sua validação, para a efetivação do último pagamento do contrato ARAAL, e que, conforme deve ser do conhecimento dos senhores Vereadores, à chegada deste Executivo efetivaram um contrato ARAAL que assumia um valor de setecentos mil euros, repartido pelos dois anos, e que isso obriga o Município ao envio dos respetivos relatórios, comprovando toda a atividade que está a acontecer neste âmbito. -----

----- Em relação às empresas que se propunham fixar na Praia da Vitória, disse que, uma delas aguarda equipamentos para se poder fixar e que a fixação será no edifício conhecido como “CCP da Praia”, onde já funcionaram os serviços municipais da ação social. -----

----- Referiu, também, que o segundo andar desse edifício está todo preparado para a instalação de pequenas empresas, com o compromisso de que, à medida que haja indicação do seu crescimento, se ir fazendo uma rotação pelos espaços que lhes ofereçam melhores condições de trabalho, isto porque, este Executivo, efetivamente, acompanhou a transição de algumas empresas que alteraram os seus espaços, e que essa alteração se deveu, exatamente, por isso, ou seja, enquanto umas empresas diminuíram os seus colaboradores, outras aumentaram e, quanto a estas últimas, nem todas o fizeram com elementos de forma presencial, mas também em formato de teletrabalho e,



nesse sentido e com a colaboração dos técnicos municipais, houve um reajuste dos espaços, para que se pudesse, também, rentabilizar todos os espaços que estão contratualizados no âmbito do Terceira Tech Island e, portanto, essas contratualizações são feitas neste âmbito e isso permite que, depois, fossem feitas estas alterações, obviamente, sempre, pensando na conveniência das próprias empresas e com o consentimento das mesmas, sendo que, nesse sentido, tem corrido muito bem.-----

----- Disse, ainda, que, após essa reunião, a qual foi partilhada também com a Câmara do Comércio, no sentido de se poder traçar a melhor estratégia consolidada, para a continuidade deste projeto, estão a trabalhar, conjuntamente, na criação de um regulamento, porque é algo que não existia e é muito importante que haja essa regulamentação, no sentido de poderem ser melhores parceiros, com implementação de algumas regras, quer de cativação, quer mesmo, depois, de implementação das próprias empresas na Praia da Vitória. -----

----- Em suma, disse que ficaram com o compromisso de avaliação de novos espaços, percebendo que, aqueles que vão existindo, estão, praticamente todos, lotados e, portanto, foi uma reunião bastante proveitosa, de onde sairá uma regulamentação até meados do mês de maio, isto é, que existe o compromisso de dar todos os contributos até ao dia quinze de maio, para puderem ser apresentados ao Governo Regional, neste caso, à Secretaria das Finanças, para validação e para se poder efetivar o novo contrato ARAAL referente a este ano, como tem vindo a ser feito, à semelhança dos anos anteriores e, embora possam fazer um único contrato anual, porque, como é sabido, o último contrato que foi feito, destinava-se a colmatar despesas do ano anterior que não estavam estipuladas mediante o contrato ARAAL, pelo que, à chegada deste Executivo, conseguiu-se efetivar os valores que já teriam sido utilizados durante o ano de dois mil e vinte e um, bem como, uma contratualização para dois mil e vinte e dois. -----

----- Mais referiu que, agora, resta assumir, perante as várias entidades envolvidas, esta regulamentação e firmar um protocolo de cooperação com a Câmara do Comércio, para poderem dar uma nova dinâmica a este projeto, o qual entendem ser estruturante e que obriga a proximidade e a dinamização diferenciada, para a nova captação de empresas. -----

----- Concluiu dizendo que, a Câmara Municipal não tem técnicos com grande à-vontade e formação nestas áreas, sendo que, numa tentativa de unir forças e conhecimentos, a Câmara do Comércio, como entidade próxima das empresas, mostrou interesse nesse sentido e houve, da parte do Executivo, abertura para poderem ser melhores parceiros e, nesse sentido, acreditam que, com esta regulamentação e com uma nova contratualização do contrato ARAAL, poderão dar continuidade, até com outra estabilidade e entusiasmo, e com maior dinamização, porque, neste momento, a Câmara Municipal estava, unicamente, a assumir a gestão e, para que o projeto possa ter maior dinamização, isso obriga a que haja, efetivamente, uma dedicação diferenciada, com pessoal especializado nesta matéria e, uma maior proximidade com outras entidades, é sempre uma mais-valia e, nesse sentido, estão a trabalhar para que possam evoluir de forma muito positiva. -----

----- O Vereador Marco Martins disse que respeitavam, na íntegra, a criação de um regulamento, que aliás será um instrumento importante, mas, no entanto e no entender



dos Vereadores do Partido Socialista, o mais importante, em paralelo com o regulamento, o que o TTI precisa neste momento, é da fixação de novas empresas. -----

----- Continuou dizendo que, desde que o atual Governo Regional tomou posse, há sensivelmente dois anos e meio, tem ideia que, nenhuma empresa se sediou na Praia da Vitória nesses dois anos e meio, e que algumas saíram. -----

----- Referiu, também, que, conforme já disse publicamente e em sede de reunião de câmara, da avaliação que faz, nos últimos anos e mesmo nos anos mais pujantes, algumas coisas necessitavam de ser alteradas, eventualmente reguladas, mas a verdade é que, perante a pujança que este projeto já conheceu há anos atrás, neste momento, este indicador, de que nenhuma empresa se fixou em dois anos e meio, é bastante preocupante. -----

----- Realçou, ainda, que, na opinião dos Vereadores do Partido Socialista, a Praia da Vitória, basicamente, deixou de fazer parte da agenda e do discurso político a nível tecnológico, sendo que, na verdade, e a nível de São Miguel e do Pico, se assiste ao contrário e, não tendo, obviamente, nada contra a possibilidade de outras ilhas terem esta oportunidade de apostar no setor tecnológico, ficam, porém, bastante preocupados e os sinais apontam para uma “morte” do TTI, mas também serão os primeiros a congratularem-se se assim não acontecer, mas há uma necessidade urgente, premente, de sinais concretos de que o TTI é uma aposta clara do Governo Regional dos Açores e da Praia da Vitória, e que, em termos concretos, comece a ter a pujança de outros tempos. -----

----- Seguidamente, o Vereador Marco Martins, no âmbito da questão abordada anteriormente sobre a publicação das atas das reuniões de Câmara, disse que, até ontem, as atas ainda não estavam publicadas e que, apesar de reconhecerem que não é um trabalho que se consiga fazer de um dia para o outro, gostariam de saber qual a previsão da sua publicação, sendo que, no entendimento dos Vereadores do Partido Socialista, é um trabalho que não será assim tão exaustivo. -----

----- O senhor Vice-Presidente respondeu que ainda estão a analisar as atas desde dois mil e vinte e dois, e que leva tempo a identificar a informação que tem de ser retirada para depois se poder publicar. -----

----- Reconheceu a importância de se poder consultar essas atas, mas também é preciso garantir que se podem publicar, porque não é uma situação em que se possa publicar e, depois, verificar que não estão em conformidade e, portanto, tem de estar claro qual a informação que pode ser publicada, o que vai levar algum tempo. -----

----- Em termos de previsão de datas, disse que não se quer comprometer e dizer que será nas próximas duas semanas, ou nos próximos dois meses, porque este trabalho tem de ser feito com muito cuidado e a “pente fino”. -----

----- O Vereador Marco Martins referiu que também entende ser mais correto que, em vez de se comprometer com uma data que eventualmente não se possa concretizar, ter essa abertura e verticalidade para dizer que será, presumivelmente, a médio e curto prazo, mas apelam a que seja o mais rápido possível, porque é importante que as matérias discutidas sejam de acesso livre e público. -----



----- A Chefe da Divisão Administrativa e Jurídica, Dr.^a Conceição Lima, interveio referindo que, o facto de as atas estarem publicadas no sítio da Câmara, foi uma decisão que se tomou no sentido de começarem a ser publicadas nesses termos, mas, no entanto, as atas, mesmo não estando publicadas no sítio da Câmara, são de acesso público, ou seja, qualquer pessoa pode solicitar a consulta de uma ata e, o que tem de acontecer, é expurgar os dados pessoais que existam, e que, portanto, o acesso livre às atas, se mantém e que, a única diferença, é que a ata está no lugar onde deve estar, que é no arquivo, podendo ser consultada por qualquer pessoa que o solicite, independentemente do motivo, sendo expurgados os dados pessoais e, assim sendo, as atas continuam, como sempre foram, de acesso público, à disposição de qualquer cidadão, e que, a única diferença, é que, em vez de estarem no arquivo, que é o local onde as mesmas estão institucionalmente, começaram a ser publicadas no sítio da Câmara, mas isso não é obrigatório, e que foi esse o procedimento adotado e que o Executivo, tanto quanto sabe, tem a intenção de continuar com essa publicação, mas, porém, houve essa paragem no intuito preventivo e para não afetar a privacidade de ninguém, porque poderiam estar a fazê-lo, ainda que sem qualquer intenção de violar a privacidade das pessoas. -----

----- Disse ainda que, as atas serão publicadas a seu tempo, ressaltando que as atas são de acesso público e que, não é o facto de não estarem publicadas no sítio da Câmara que lhes retira o acesso público, porque sempre foram e continuam a ser de acesso público, sendo que, o lugar onde as atas devem estar, é no arquivo. -----

----- Terminou dizendo que, se publicou no sítio da Câmara e que vão continuar a ser publicadas, mas não é obrigatório, e que, o que os serviços não podem fazer, é recusar a consulta de uma ata a quem o pedir, pelo que, o acesso público continua, não sendo pelo facto de as atas não estarem publicadas no sítio da Câmara, que o acesso deixou de ser público. -----

----- O Vereador Marco Martins disse que concordavam que, juridicamente, o que a Dr.^a Conceição Lima disse, está correto, mas, no entanto, quando postulam todos por uma transparência, pelo mais fácil acesso possível, dos munícipes, à documentação importante sobre a gestão e o desenrolar dos trabalhos da autarquia, é importante, politicamente, que o sítio institucional da autarquia tenha esta informação. -----

----- Seguidamente, o Vereador Marco Martins abordou a questão do FAM – Fundo de Apoio Municipal – e dos despedimentos junto da Cooperativa Praia Cultural, dizendo que, na penúltima reunião de Câmara, abordaram este assunto e solicitaram as linhas orientadoras da articulação entre a Câmara Municipal e o FAM, tendo a senhora Presidente dito que, a breve trecho, estaria em condições de entregar alguma documentação sobre esta matéria e, assim sendo, questionou sobre o ponto de situação até ao momento. -----

----- Relativamente a esta questão, a senhora Presidente respondeu que, a reunião que tiveram e que referenciou, foi no sentido de entregar as linhas orientadoras que estão a ser traçadas entre a Câmara e a equipa de reestruturação, para serem apresentadas ao FAM, não diretamente os contactos com o FAM, porque, evidentemente, há um



trabalho técnico que tem de ser feito, e bastante consolidado, para, então, se apresentar a proposta ao FAM.-----

----- Continuou dizendo que, todos os contactos que têm feito com a equipa de reestruturação, se prendiam com os dados referentes às contas, e ao fecho de contas de todo o grupo municipal, relativamente a dois mil e vinte e dois, sabendo-se que, para se poder ter o “produto final” e poder, então, fazer o encaminhamento para o FAM, era obrigatório que fosse validado em reunião de Câmara e, posteriormente, em reunião da Assembleia Municipal, o que aconteceu há poucos dias e, portanto, toda essa documentação já está na posse da equipa de reestruturação, a qual se encontra a fazer o fecho para apresentar, então, o último esboço do plano e, nesse sentido, quando tiver o plano na sua posse, o partilhará com os senhores Vereadores, porque têm noção que, conforme já foi dito aqui por diversas vezes, esta primeira proposta será uma abordagem negocial e que poderá passar pela apresentação de vários planos.-----

----- Mais referiu que, na abordagem ao FAM, mostraram sempre total disponibilidade para negociar, porque têm noção de que poderão ter de alterar alguma da estratégia do Executivo, mas sempre no sentido de defenderem o que entendem ser melhor para que possam manter a sua atividade.-----

----- Prosseguiu dizendo que, quem acompanha processos de reestruturação de outros municípios, percebe o grau de rigidez aplicado, no sentido de facultar o que efetivamente precisam e que tem feito muitos contactos, e partilhado com colegas que estão a viver, exatamente, as mesmas situações, para que se possa perceber como é importante a tomada de decisão, face às imposições que possam advir e, aí, prende-se com a situação dos despedimentos.-----

----- Referiu, ainda, que muito tem sido dito pelo Partido Socialista, que o FAM não impõe despedimentos, sendo que o FAM, efetivamente, ainda não se pronunciou, por escrito, sobre o plano da Autarquia, mas também já foi dito aqui, e vai continuar a fazê-lo, que, na abordagem do Executivo ao FAM e mostrando os resultados do grupo municipal referentes ao ano de dois mil e vinte e um, que foi o que conseguiram levar na primeira abordagem, com o compromisso de apresentar, então e depois o fecho de contas de dois mil e vinte e dois, complementado com o relatório da auditoria, um dos valores maiores de compromisso, de todo este grupo municipal, prende-se com a massa salarial, o que é perfeitamente perceptível e foi de reconhecimento imediato por parte do FAM.-----

----- Disse, também, acreditar que os senhores Vereadores já perceberam como é que a situação se vai processar com o FAM, mas, por muitas vezes, parece que o discurso é um pouco “baralhado”, para que as pessoas não sintam a firmeza do que tem sido comunicado pelo Executivo, e que o processo negocial será feito como quem faz uma proposta a uma entidade bancária, sendo que esta entidade vai avaliar a taxa de esforço do Município, até onde pode ir e, portanto, o Município tem de ter condições para negociar e sempre disse isto, ou seja, que o Município precisa muito de ter capacidade de negociação.-----

----- Disse ainda que, este processo de reestruturação poderá durar anos e, à semelhança de outros municípios, certamente, irá acontecer ao longo dos anos e a capacidade de negociação do Município será no sentido de tentar minimizar estes anos,



de ter a capacidade de esforço para serem, ao máximo, cumpridores, ao longo dos anos, porque essa foi das primeiras questões que também colocou, ou seja, que face a uma contratualização e ao cumprimento integral, poderiam ir renegociando, sempre, para bem deste Município e dos seus munícipes e, portanto, é nesse sentido que obriga o Município a ter uma condição negocial diferenciada, e que a taxa de esforço municipal esteja a ser avaliada, sendo que, os orçamentos mostram bem, quão condicionados estão pela massa salarial.-----

----- Continuou dizendo que, por mais que o Partido Socialista e os senhores Vereadores, tentem defender que este Executivo está a conduzir a situação de forma errada, têm de aceitar que a questão já foi colocada aqui, por diversas vezes, no sentido de se saber qual a solução diferente à que o Executivo está a traçar, mas essa solução não foi apresentada.-----

----- Lembrou que, da última vez que confrontou o Vereador Marco Martins, o mesmo disse-lhe que tinha sido eleita para assumir as melhores soluções, sendo isso que estão a fazer, com todo o acompanhamento técnico e jurídico, e pode dizer que, o trabalho que tem sido feito, tem sido com grande proximidade aos técnicos municipais, a validar todo o trabalho e esforço que fazem e sendo algo que, provavelmente, não era feito nos últimos anos, pelo que tudo está a ser avaliado de forma correta, transparente e responsável e, portanto, este é um processo muito delicado e moroso, que o Executivo gostaria que estivesse praticamente fechado, sendo que, a validação que foi dada pela equipa de reestruturação é que, até ao mês de junho, certamente, poderiam ter tudo fechado com o FAM, ou seja, com o fecho das contas, a equipa está a trabalhar afincadamente para que, no decorrer dos próximos dias, o Executivo possa apresentar as suas propostas.-----

----- Disse, também, que os contactos com o Dr. Miguel Almeida, do FAM, têm sido bastante profícuos, e que o mesmo está a acompanhar a realidade da Câmara Municipal, sendo a situação, também e já, do conhecimento da senhora Ministra, Dr.^a Luísa Salgueiro e, portanto, o Executivo não está, de forma absolutamente nenhuma, a deixar o tempo passar sem atuar e, por mais que não seja da concordância dos Vereadores do Partido Socialista, o Executivo optou pela situação da apresentação da extinção dos postos de trabalho, por mútuo acordo, conseguindo que um número de pessoas tenham aceite, voluntariamente, essas condições, estando a fazer o fecho desse processo.-----

----- Referiu, ainda, que, neste momento e durante esta semana, estão a tentar fazer as últimas negociações relativamente à componente educativa e social, porque foi esse, também, o compromisso do Executivo que já apresentaram aqui.-----

----- Concluiu dizendo que, todo este processo, obriga a trabalharem de forma faseada, mas muito responsável e transparente ao máximo, sendo que o Executivo não tem, de forma nenhuma, omitido nada aos senhores Vereadores e que, desde o momento em que tiverem os documentos fechados, estes terão que, obviamente, ser validados em reunião de Câmara, e em reunião da Assembleia Municipal e, além disso, também já estão a preparar a nova orgânica, tendo o levantamento das necessidades efetivado e a noção de que têm muita atividade a decorrer e que importa salvaguardar, para que não se comprometam atividades que estão a decorrer ao longo deste ano, concluindo que, portanto, tudo está a ser feito com o máximo de ponderação e respeito e, sem prejuízo



de respeitar que a posição e visão dos Vereadores do Partido Socialista seja diferenciada, têm de perceber que, neste momento, o Executivo é que está “deste lado” e a fazer e a dar o seu melhor.-----

-----Por fim disse que, desde o momento em que tiver a situação validada, para encaminhamento para o FAM, apresentará a mesma aos senhores Vereadores, sem problema absolutamente nenhum.-----

-----O Vereador Marco Martins interveio reconhecendo que, de facto, têm uma visão diferente e que, a coligação PSD/CDS-PP ganhou as eleições, pelo que, obviamente, é legítimo o caminho que estão a trilhar, como também é legítimo a oposição não concordar com o mesmo.-----

-----Prosseguiu dando como exemplo, o teor de parte da ata da reunião de Câmara de onze de janeiro deste ano, onde o próprio apresentou várias propostas concretas e isso não acontece apenas nessa ata, porque são várias as tomadas de posição públicas do Partido Socialista, em específico, dos Vereadores do Partido Socialista, com a sua visão e com alternativas concretas.-----

-----Referiu que, com todo o respeito que, a Senhora Presidente, tanto a nível individual como institucional, merece, não é de bem e, logo, não pode ser politicamente correto e sério, o que a senhora Presidente disse agora e que reiteradamente tem dito, como aconteceu na última Assembleia Municipal, sobre a ausência de propostas e alternativas ao processo de reestruturação e aos despedimentos, por parte do Partido Socialista.-----

-----Mais referiu que, o posicionamento dos Vereadores do Partido Socialista, que já foi dito reiteradamente, mas que agora repete, para ficar claro e com o qual, a senhora Presidente, não tem de concordar, sendo legítimo que digam que não é suficiente, ou que é curto, ou que não é exequível, sendo que estão cá para discutir esses argumentos, mas, no entanto, e politicamente, não lhes parece correto dizer que as respostas dos Vereadores da oposição, tem sido um vazio.-----

-----De seguida, leu um extrato da ata, dizendo que “O PS defende o plano de reestruturação dos serviços municipais de médio prazo, sem a necessidade de intervenção externa e para nós é uma linha vermelha sem quaisquer despedimentos. Mas temos que, em simultâneo, obviamente, respeitar uma eventual necessidade de ajustamento de recursos humanos, percebemos e respeitamos, bem como a necessidade do ajustamento de reequilíbrio financeiro.”-----

-----Continuou referindo que, dito isto, já apresentaram propostas e sugestões e, obviamente que, algumas são exequíveis, outras, eventualmente e em termos técnicos, nem tanto, reconhecendo, democraticamente, que não são donos da verdade, mas vai relembrar alguns exemplos de propostas que já foram apresentadas publicamente e aqui, em reuniões de câmara, tais como, o respeito pela diminuição dos recursos humanos, mas sem qualquer despedimento, e que uma diminuição de recursos humanos não tem de se fazer, obrigatoriamente, pela via do despedimento, acrescentando que é importante analisar os processos das reformas, acelerar reformas antecipadas, criar, eventualmente, um rácio para entradas e saídas e que, muitos municípios que estão a ser intervencionados criaram um rácio de, um por dois, ou seja, que só perante duas saídas, seja possível contratar um novo colaborador, o que irá permitir, num hiato temporal de



médio e longo prazo, uma redução efetiva do contingente de recursos humanos e que essa proposta pode, aliás, ser aberta não apenas à Cooperativa, mas a todo o universo municipal. -----

----- Referiu, ainda, que, também já disseram publicamente que, não sendo o ideal, do ponto de vista dos Vereadores do Partido Socialista, mas que respeitam o processo do Executivo relativamente às rescisões por mútuo acordo, e deixaram o repto para não se avançar para outros degraus. -----

----- Disse, também, que é importante perceber que, a Cooperativa Praia Cultural, com essa redução de cerca de trinta colaboradores, corresponde a uma redução de dezanove por cento, fora anteriores contratos a termo que não foram renovados e situações que estavam em programas de empregos, ou seja, esses dezanove por cento é um valor bastante mais elevado, desde a entrada em funções deste Executivo e, com este discurso não está a dizer que foi bem ou mal feito, mas, de facto, já é uma redução bastante musculada. -----

----- Continuou salientando que é importante maximizar os fundos comunitários, essencialmente o novo quadro do PO 2030 e do PRR, e que, independentemente das visões, tiveram, praticamente, de implorar para se recorrer ao PRR. -----

----- Sobre a estratégia municipal da habitação, disse que, partindo do princípio de que, o que já estava preparado, tinha várias falhas, acredita, porém, que muitas das habitações sociais, em termos legais, estava elegível e que, sendo verdade que algumas não estavam, perdeu-se, porém, muito tempo, bastando olhar para a dotação que Angra e Ponta Delgada conseguiram. -----

----- Em termos do TTI, disse que é importante, do ponto de vista dos Vereadores do Partido Socialista, efetivar uma verdadeira parceria com o Governo Regional, mas tem de ser mesmo uma parceria efetiva. -----

----- Referiu que importa que os próximos planos e orçamentos da Região Autónoma dos Açores, contemplem um efetivo investimento no concelho da Praia da Vitória, que, muito honestamente, não têm assistido. -----

----- Continuou dizendo que se deve exigir, também, do Governo Regional, o devido apoio ao projeto TTI, que a senhora Presidente já disse várias vezes e também já utilizaram essa expressão, que é um projeto estruturante para o concelho da Praia da Vitória, e importa que mereça a devida atenção e apoio por parte do Governo Regional e que não será, em dois anos e meio, sem a implementação de nenhuma empresa. -----

----- Acrescentou que a Câmara devia tentar efetivar candidaturas a todos os programas de apoio de âmbito regional, e de âmbito nacional, e que há programas de apoio também do setor privado e, para além disso, também é importante e acredita que os recursos humanos estejam atentos, e muitos conhecem candidaturas a entidades bancárias, à Fundação Calouste Gulbenkian, entre outras, que a Autarquia, se não diretamente, mas através de um “braço armado”, como a Cooperativa, poderá efetivar. --

----- A elaboração de um plano de rentabilização do património municipal, com as questões das concessões e dos arrendamentos, e aqui seria pertinente, também, avaliar, eventualmente, possíveis alienações de património, embora saibam que existe um grande condicionalismo, resultante da hipoteca de várias propriedades e de vários títulos. -----



----- Disse, ainda, que percebem que tem de haver um controlo rigoroso do investimento direto, e por isso é que defendem um aproveitamento, ao máximo, dos fundos comunitários, para tentar também, por esta via, que uma eventual retração do investimento direto da Câmara não seja tão penalizadora para o Concelho, que é esta compensação do aproveitamento dos fundos comunitários. -----

----- Continuou dizendo que, uma redução, ou contenção, e racionalizar ao máximo a despesa com a aquisição de bens ou serviços, que acredita que o Executivo está a tentar fazer esse trabalho, uma redução dos custos com energia, através da sua gestão e maximização mais eficiente, dando o exemplo de diversos municípios que também estão a ser intervencionados e que estão a poupar quarenta, sessenta, oitenta mil euros anuais, o que é um valor substancial, desconhecendo se este Executivo já levou a cabo uma tentativa de redução dos custos com os seguros, através de uma avaliação adequada das coberturas e da resolução de alguns seguros necessários aos ajustamentos, e tentar uma redução dos custos da renda, através da negociação de valores ou rescisões contratuais, se assim o justificar, e ainda a redução dos consumos de combustíveis e das despesas de manutenção, através de uma melhoria da frota municipal, incluindo a possibilidade de aquisição de viaturas elétricas cofinanciadas, e uma redução dos custos de prestações fixas e móveis, para além de outras medidas. -----

----- Relativamente à auditoria, disse que a senhora Presidente a solicitou legitimamente, e é essa mesma que identifica os limites de endividamento em cerca de cento e noventa e três por cento, ou seja, dezasseis milhões de euros, e que, grosso modo, propõe um ajustamento a médio e longo prazo, ou seja, a dez anos, de um milhão e seiscentos mil euros, para, nesses dez anos, a situação financeira da Câmara ficar consolidada, pois esse ajustamento de um milhão e seiscentos mil euros, só no contrato programa entre a Câmara e a Cooperativa Praia Cultural, foi reduzido em dois milhões e setecentos mil euros, o que significa um milhão e cem mil euros acima da recomendação total da própria auditoria. -----

----- Prosseguiu dizendo que, de facto, o Executivo foi por este caminho, que é legítimo e politicamente respeitável, mas com estas medidas e com outras que exemplificaram, e que poderiam exemplificar ainda mais, seria possível, sem recorrer a uma entidade externa, consolidar a situação financeira e reestruturar os serviços municipais. -----

----- Referiu, também, que tiveram conhecimento da auditoria, no mesmo dia e no mesmo espaço, em que a população e os presidentes de juntas de freguesia tiveram acesso a esta informação, o que, no seu entender, é um mau arranque para dizer que a oposição também conta para encontrar alternativas. -----

----- Disse, ainda, que quando não sabem, neste momento, o que é que está em cima da mesa com o FAM, torna-se muito complicado, da parte dos Vereadores da oposição, poderem avançar com muitas sugestões e com muitas propostas, quando não sabem o que é que se passa. -----

----- Continuou dizendo que, quando se recorre ao FAM, é preciso perceber quais são as condições que o próprio FAM oferece, o que é que isso vai onerar para todos os praienses, se a taxa de IMI vai obrigatoriamente para a taxa máxima, se, na derrama, as



isenções serão totais ou parciais, qual a taxa de juro associada, entre outras questões, e não têm acesso a nenhuma dessas informações.-----

----- Reforçou que, relativamente ao que acabou de ler, não foi a primeira vez que disse isso, e que pode ter referido, eventualmente, uma ou duas alíneas pela primeira vez, mas todas as outras já foram mencionadas.-----

----- Voltou a referir que, é legítimo e justo que a senhora Presidente diga que não concorda com o que os Vereadores do Partido Socialista dizem, bem como dizer que, tecnicamente, não é o ideal, estando cá os Vereadores do Partido Socialista para defenderem “a sua dama” e, eventualmente, reconhecerem erros e avaliações que não tenham sido as mais corretas, mas, no entanto, dizer, reiteradamente, que não apresentaram qualquer proposta, alternativa ou visão diferenciada, parece-lhe que não é o mais adequado.-----

----- Terminou referindo que a via escolhida pelo Executivo é, obviamente, respeitável e que, certamente não o fizeram de ânimo leve, mas sim com base na auditoria e com base em orientações técnicas, mas o entendimento dos Vereadores do Partido Socialista é outro e é natural que seja outro, sendo tão respeitável como o do Executivo.-----

----- A senhora Presidente interveio dizendo que, muito do que o Vereador Marco Martins enumerou, já está a ser feito e, antes de se chegar a janeiro de dois mil e vinte e três, porque não foi à toa que se conseguiu reduzir os três milhões e seiscentos mil euros, de custos operacionais, durante o ano de dois mil e vinte e dois, mas sim porque muito já foi feito.-----

----- Prosseguiu dizendo que, gastos com combustível e até mesmo com recursos humanos, não podendo renovar os contratos com os colaboradores que se encontravam em programas operacionais, uma melhor gestão interna, qualquer um dos senhores Vereadores que aqui está fá-lo, e fá-lo com muito esforço e, trabalhando com eles, fazem-no os Chefes de Divisão, também com muito esforço e, portanto, acredita que vão continuar a discordar em muitos pontos, mas, no entanto, perante o que aconteceu e que acabaram por pôr os técnicos municipais em causa, mediante o trabalho que desenvolvem e os resultados que se apresentaram, é que não pode ser, porque tem de se valorizar todos.-----

----- Referiu que, neste momento, para o Executivo, é muito importante que a Cooperativa Praia Cultural, a Câmara Municipal, e a Praia Ambiente, sintam, todos, que são os melhores parceiros.-----

----- Realçou que o Executivo, em momento algum, iniciou o procedimento de ânimo leve, e que todas estas situações estão fundamentadas tecnicamente, e aí entende que haverá uma necessidade maior de avaliação técnica do orçamento anual, para perceberem que este Executivo não tem capacidade de investimento e que estão estrangulados com o nível de compromissos que estão a transitar, e que deixam o orçamento municipal sem poder transferir para a Cooperativa Praia Cultural o valor que seria necessário para assumir todas as despesas inerentes a esta “casa”.-----

----- Continuou dizendo que estão a negociar com todas as entidades bancárias e que, ao longo deste ano e meio de mandato, nunca deixaram de ser cumpridores com qualquer funcionário do grupo municipal, nem com qualquer entidade bancária, mas já



deixaram de ser cumpridores com muitos fornecedores e, assim sendo, aquilo que precisam é de estabilidade para poderem manter a Câmara operacionalmente e garantir aos funcionários os seus devidos e merecidos vencimentos, para que possam tornar esta operacionalização efetiva. -----

----- Disse, também, que o que já foi reconhecido é que, um município como este, com este número de funcionários e colaboradores dentro do grupo municipal, é elevado e, comparativamente a outros municípios, é elevadíssimo e, portanto, que não queiram fazer esse reconhecimento, têm de respeitar, mas têm de se ser responsáveis e assumir se têm condição ou não, porque terem os funcionários mas não terem as condições para estes funcionários trabalharem, não é o que, efetivamente, precisam, precisando, sim, de garantir o equilíbrio dessa atividade, partilhada com o número de pessoas que possam, efetivamente, desenvolver esse trabalho e é isso que estão a fazer de uma forma responsável, muito ponderada, porque têm noção de que as dinâmicas que estão inerentes a esta Câmara, e a este grupo municipal, são muitas. -----

----- Relativamente aos espaços condicionados, disse que, se há quem tentou concessionar espaços, foi este Executivo, e que, efetivamente, até da parte dos Vereadores da oposição, foram criticados porque estavam a tentar concessionar espaços e a anular a atividade que era assumida pelo Município, quando, o que fizeram foi, com toda a responsabilidade, uma avaliação da atividade que, para o Executivo, era importante transitar e que pudesse ser assumida por privados, por forma a libertarem alguns custos, mas quando o fizeram, os senhores Vereadores acabaram por não concordar com o Executivo, não tendo feito essa avaliação conjunta com o Executivo.---

----- Continuou dizendo que, essa avaliação é feita diariamente e sabem os constrangimentos que têm, e que é muito complicado querer atuar e não ter condição financeira para isso, sendo muito complicado estarem a receber e-mails, e pedidos de pagamento da parte dos fornecedores, e não terem tesouraria para os poder assumir.-----

----- Reconheceu que têm noção que, no final do ano, tiveram de fazer a escolha, muito difícil, de pagar vencimentos e subsídios de Natal a todos os funcionários, mas deixar de pagar a fornecedores e, portanto, de tudo o que o Vereador Marco Martins enumerou, há muitas situações que já estão a ser trabalhadas por este Executivo, e é, provavelmente, pela falta de reconhecimento em avaliar o que o Executivo faz bem, que depois, não lhes permite concordar com algumas situações, sempre sem prejuízo do respeito que é devido e que nunca, em momento algum, deixou de existir, mas, no entanto, o facto do Executivo não atuar da forma como os senhores Vereadores atuariam, não é por incompetência, mas sim por falta de capacidade financeira e, por isso, também entenderam que se deviam munir dos melhores técnicos, para uma situação delicada como esta.-----

----- Disse, também, que, as equipas com quem têm trabalhado, quer no âmbito da auditoria, quer no âmbito da reestruturação, são equipas muito experientes, que nunca apresentariam uma situação que não a real, até porque os técnicos municipais já previam esta realidade há anos, a diferença é que, agora, as contas são claras e não há indicações para camuflar o que quer que seja, havendo que aceitar que a realidade é esta e que tem de se fazer escolhas, sendo, algumas, muito difíceis, como bem sabem as quatro pessoas que aqui estão, mas não é por isso que não respeitam as pessoas, porque



irresponsabilidade seria deixar tudo isto avançar, “bater na parede” e ficarem com o ónus da responsabilidade de não terem tido a coragem de assumir o que aqui foi gerado.-----

-----Reforçou que, com toda a responsabilidade, estão a assumir um papel muito difícil, mas acreditam que, com uma gestão “apertada”, como a que tem sido feita e com uma redução efetiva de elementos, sendo que, os trinta que aceitaram voluntariamente, já terão algum impacto, com as diligências que estão a fazer junto da Segurança Social, que poderá vir a trazer um complementar ao nível de recursos humanos, está tudo a ser feito de forma gradual e vai dar “frutos” e, só assim, se pode caminhar para a estabilidade.-----

-----Referiu, ainda, que chegar ao dia de ter de pagar ordenados e subsídios, quer da parte do Município, quer da parte da Cooperativa, que depende das transferências da Câmara, quer da própria Praia Ambiente, ter a noção de que chega ao dia de pagar aos funcionários e fica numa situação deplorável e, portanto, só se pode assumir os compromissos que, efetivamente, se consigam assumir, sendo muito fácil transpor esta realidade, quer para uma empresa, quer para as próprias casas, onde existe a noção do que se pode fazer, mediante a situação financeira que se tem.-----

-----Concluiu dizendo que, a situação financeira do grupo municipal estava extravasada em muito, havendo que a reverter, para rumar à estabilidade, e é isso que, desde os primeiros dias, diz e vai continuar a dizer, porque acredita que esta gestão “apertada” que têm feito, vai trazer “frutos”.-----

-----O Vereador Marco Martins referiu que, a senhora Presidente falou em competência, mas esta será democraticamente avaliada, normalmente, em ciclos de quatro anos, e que, o seu peso para avaliar alguém, é o mesmo que o de outra pessoa qualquer, pelo que verão, futuramente, o que irá acontecer.-----

-----Continuou dizendo que, a senhora Presidente disse que, das ações que elencou, algumas já estão a ser efetivadas, mas mal seria se não fosse assim.-----

-----Prosseguiu dizendo que, quando a senhora Presidente falou na apresentação de contas do exercício de dois mil e vinte e dois, que é um exercício sobretudo de execução, não colocaram em causa, aliás como nunca aconteceu, os técnicos que trabalharam diretamente nesta matéria, mas colocaram em causa, clara e publicamente, a leitura política dos dados que lá estão.-----

-----A título de exemplo, destacou que, da parte do Executivo, dizem que o aumento de receitas e impostos, se deve, sobretudo, ao aumento de uma receita extraordinária do IMT, o que não consegue perceber, tendo em conta as datas dos recebimentos, mas pode ser uma avaliação errada sua, mas, no entanto, não se pode fugir de uma situação, e está a falar da execução, à margem disso, se quiserem falar de outras situações paralelas, serão legítimas, mas em termos de execução, no seu entender, não há qualquer volta a dar.-----

-----Referiu, ainda, que se fizerem um exercício extremamente simplista, que não deve ser feito com carácter técnico, mas, segundo a sua análise, a auditoria que contrataram, pressupõe um ajustamento a dez anos, com o qual se pode discordar e querer antecipar para cinco, ou para sete anos, de um milhão e seiscentos mil euros, mas se, em vez de quatro ponto cinco, que era a dotação do contrato-programa entre



Autarquia e a Cooperativa, passasse, por exemplo, para quatro, seria uma redução de quinhentos mil euros que iria, certamente, permitir a manutenção dos postos de trabalho, e se perguntarem se era suficiente, diz que não era. -----

----- No que se refere a investimento e aquisição de bens e serviços, disse que, com uma redução, mais ou menos, da mesma ordem, de meio milhão de euros, já se iria num milhão de euros. -----

----- Continuou dizendo que, tanto quanto tem ideia, nunca fizeram alguma proposta que onerasse a Câmara mais do que era feito até, eventualmente, aquela proposta, não, faltaria nesse exercício teórico seiscentos mil euros para chegar a um milhão e seiscentos mil euros e, com as medidas que elencaram aqui, no seu entender, não seria de todo impossível conseguir. -----

----- Salientou que todos sabem que existem alternativas, umas mais fáceis, outras nem tanto, mas nunca estiveram aqui com um discurso demagógico, a dizer que se fique com todos os recursos humanos, que se aumente consideravelmente a componente de investimento, que se concedam apoios a tudo e a todos e, para além disso, já disse, várias vezes, que deve ser muito difícil, para um Executivo, receber instituições e candidaturas de projetos, muitos dos quais, acredita, que avaliam como pertinentes e importantes, mas não poderem dizer que sim, só por motivos financeiros. -----

----- Reconheceu que, a situação financeira da Câmara obriga a uma contenção, e a uma gestão extremamente cuidadosa, para tentar maximizar ao máximo as receitas e cortar no máximo possível de “gorduras”, na componente das despesas, mas, no entanto, a visão dos Vereadores do Partido Socialista é esta, e ainda bem que, em termos democráticos, há visões diferentes, mas, contudo, nunca puseram em causa a capacidade técnica e, aliás, os argumentos seriam muitos para provar o contrário, relativamente às empresas parceiras do Município. -----

----- Referiu que, o que disseram é que compete aos executivos, e neste caso ao executivo da Câmara Municipal da Praia da Vitória, tomar decisões políticas, com base naquele enquadramento técnico e que é relativamente às decisões políticas que são, ou não, tomadas, que divergem, em muitos casos, mas a divergência não está nas avaliações técnicas, embora nos limites de endividamento tenham outro entendimento. --

----- Concluiu deixando o repto de que foram trinta, os colaboradores que optaram por sair com rescisões por mútuo acordo, e que outros já saíram porque não foram renovados os contratos a termo, e que, apesar de perceberem e respeitarem, é triste que assim aconteça e que muitas pessoas que estavam em situação de contratos dos ditos programas de emprego, não tiveram oportunidade de continuarem a desenvolver o seu trabalho, o que já é um ajustamento considerável, pelo que se deveria tentar ficar por aqui e olhar para os recursos humanos como um verdadeiro ativo e como um elemento crucial para o desenvolvimento da nossa Praia. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

----- A Câmara tomou conhecimento dos seguintes documentos: -----



-----Listagem de licenciamentos de obras particulares devidamente concluídos, a qual faz parte integrante desta ata.-----

----- (01/10) JUSTIFICAÇÃO DE FALTA E PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DO VEREADOR BERTO JOSÉ BRANCO MESSIAS: -----

----- Email datado de 2 de maio em curso, de Berto José Branco Messias, comunicando que, nos termos do disposto no nº 1 e 2 do artigo 78º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, não pode estar presente na reunião de câmara do dia 3 de maio de 2023, pelo facto de se encontrar ausente da Ilha Terceira, em trabalhos parlamentares, em Comissão Parlamentar, pelo que solicita a sua substituição, conforme determina o nº 1 daquele preceito legal, em conjugação com o disposto no artigo 79º, pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista.-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- (02/10) JUSTIFICAÇÃO DE FALTA E PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DA VEREADORA ISMÉNIA CARVALHO LANDEIRO ALVES: -----

----- Email datado de 29 de abril findo, de Isménia Carvalho Landeiro Alves, comunicando que, nos termos do disposto no nº 1 e 2 do artigo 78º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, não pode estar presente na reunião do dia 3 de maio de 2023, pelo que solicita a sua substituição, conforme determina o nº 1 daquele preceito legal, em conjugação com o disposto no artigo 79º, pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista. -----

----- Email datado de 1 de maio corrente, de Nuno Miguel Leal Ribeiro, comunicando que, nos termos do disposto no nº 1 e 2 do artigo 78º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, não pode estar presente na reunião do dia 3 de maio de 2023, pelo que solicita a sua substituição, conforme determina o nº 1 daquele preceito legal, em conjugação com o disposto no artigo 79º, pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- (03/10) PROPOSTA - PROJETO DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO MERCADO MUNICIPAL DA CIDADE DA PRAIA DA VITÓRIA:-----

----- Proposta n.º 1083/2023, datada de 27 de abril findo, da Sr.ª Presidente da Câmara Municipal, do seguinte teor:-----

----- “Considerando que nos termos do disposto no nº 1 do artigo 98º, Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro, foi publicitado o início do procedimento do projeto de alteração do Regulamento supra mencionado, sendo que no decurso desse prazo, nenhum interessado se apresentou no



processo nem foram apresentados contributos para a elaboração da alteração do Regulamento, razão pela qual não se realizou a audiência dos interessados nos termos do artigo 100º, do Código do Procedimento Administrativo, não se justificando também pela natureza da matéria regulada neste Regulamento uma consulta pública em conformidade com o artigo 101º do Código do Procedimento Administrativo. -----

----- Propõe-se que, nos termos das disposições combinadas previstas no artigo 241º da Constituição da República Portuguesa, artigo 25º, nº 1, alínea g) e artigo 33º, nº 1, alínea K), do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, o projeto de alteração do Regulamento do Mercado Municipal da Cidade da Praia da Vitória, que se anexa à presente proposta.” -----

----- O Vereador Marco Martins interveio dizendo que a nota justificativa do Regulamento refere que “Entende-se, por isso, pertinente que uma das lojas fique reservada a projetos de interesse público implementados ou a implementar por entidades públicas da administração regional ou local, que projetem uma visibilidade regional e internacional, adequada à resposta turística que constantemente procura produtos locais, inexistentes à venda na cidade da Praia da Vitória.”, com o que concorda, pelo que, questionou se já houve algum organismo ou entidade, a demonstrar interesse e se esta questão pode, ou não, lesar o interesse de algum privado. -----

----- Questionou, ainda, que lojas existem disponíveis neste momento, qual a capacidade do mercado em conseguir abarcar e se, para além desta situação, fica salvaguardada, com o novo regulamento, a capacidade de a parte privada ainda poder crescer junto do mercado. -----

----- Relativamente a esta matéria, a senhora Presidente respondeu que o mercado, neste momento, tem as suas lojas lotadas, sendo que estiveram a concurso as diversas lojas que estavam disponíveis, e que a loja em apreço se encontra disponível, tendo o Executivo entendido que deverá ficar destinada a este tipo de produto diferenciado e que não foi concessionada. -----

----- Prosseguiu dizendo que, neste momento, não há nenhum espaço disponível senão este e que pretendem, mediante uma parceria, que já está previamente acordada, encontrando-se, o projeto para este espaço, em desenvolvimento, apesar de ainda não haver a contratualização, mas existindo, já, um esboço, no sentido de se poder trazer para o mercado municipal, uma loja de artesanato, devidamente certificada e com todas as características no âmbito do Centro Regional de Artesanato, que vem a desenvolver atividades nestas áreas e que será muito semelhante a uma que existe em Ponta Delgada e, assim sendo, vão tentar firmar este projeto o quanto antes, pretendendo-se que, até ao final do ano, com recursos internos, possam também dar um *forcing* para que esta loja possa trazer uma dinâmica diferente ao mercado, mas, no entanto, convidou os senhores Vereadores a visitarem o mercado municipal, para verem como, efetivamente, o mesmo já está a ser dinamizado de forma diferenciada. -----

----- Ainda sobre esta matéria, disse que, enquanto não se iniciar a obra e não tiverem a contratualização feita, porque não vão começar a trabalhar sem essa contratualização, apesar de já terem os cálculos em materiais e medições para que possam avançar logo que possível, esta loja tem sido cedida a grupos de artesãs, que se têm proposto em dias



de cruzeiros e, a par com as outras lojas do mercado que têm estado abertas, terem a disponibilidade para ser mais uma referência para os turistas que visitam a Cidade e isso tem sido uma mais-valia.-----

----- Referiu, também, que são muitos os turistas que visitam o mercado municipal, pelo que este merece ser, cada vez mais, dinamizado.-----

----- Salientou, ainda, que têm, também, a noção de que, obrigatoriamente, têm de ir fazendo ali alguns melhoramentos, porque, efetivamente, o mesmo carece disso e, nesse sentido, tem havido uma maior fiscalização e proximidade de todos os lojistas que já lá estão instalados e, portanto, todos os espaços estão, neste momento, concessionados, sendo apenas este espaço que não está, mas que, mediante o projeto que já está a ser desenvolvido, gostariam que fosse ainda no decorrer do verão deste ano, mas provavelmente isso será prematuro, face também aos trabalhos internos que vão ser desenvolvidos, mas, posteriormente às Festas da Praia, acreditam que poderá ser possível desenvolver o mesmo, porque a loja não é muito grande e, à semelhança das outras lojas que já existem na região, gostariam de lhe dar um cunho semelhante, o que obriga a alguma dinâmica pormenorizada e isso poderá levar mais algum tempo do que gostariam. -----

----- Deu conhecimento, também, que, neste momento, estão a fazer uma pequena intervenção no jardim municipal, face a uma correção da estrutura elétrica que teria de ser feita, e vão tentar fazer um melhoramento, não com um grande investimento, por não terem capacidade para fazer grandes obras, mas isso não lhes pode tirar a vontade de melhorar e de, pelo menos, cuidar melhor dos espaços que têm e, portanto, nesse sentido, se tiverem oportunidade, vão vendo que, com recursos internos, muita dedicação e muito esforço, vão fazendo pequenos melhoramentos que vão ter impacto. --

----- Concluiu referindo que, esta alteração ao regulamento, é também para poderem estar mais próximos destes lojistas, sem o inconveniente de estarem, anualmente, a rever os preços, sendo que, neste momento, há uma consciencialização de que os valores que estavam a ser assumidos precisavam ser alterados e, nesse sentido, é para proveito de quem já está instalado que é feita esta proposta. -----

----- **A Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com a proposta em apreço e submeter à aprovação da Assembleia Municipal.**-----

----- **(04/10) PROPOSTA - EMISSÃO DE PARECER FUNDAMENTADO PARA ATRIBUIÇÃO DO ESTATUTO DE UTILIDADE PÚBLICA À FAPA-FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DOS AÇORES:** -----

----- Proposta n.º 1086/2023, datada de 27 de abril findo, da Vereadora com competência delegada, Dr.ª Paula Sousa, do seguinte teor:-----

----- “Considerando que: -----

----- 1. A FAPA - Federação das Associações de Pais e Encarregados de Educação dos Açores, com sede na Escola Básica Integrada da Praia da Vitória, sita na Rua Padre Damião, freguesia de Santa Cruz, concelho da Praia da Vitória, com o número de pessoa coletiva 516561227, constituída em 13 de julho de 2021, com duração



indeterminada e sem fins lucrativos (com Estatutos nº 3/2021, publicados em Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores, II Série, nº 195, de 1 de outubro de 2021), veio requerer, à Câmara Municipal da Praia da Vitória, a emissão de parecer para efeitos de instrução do pedido de atribuição do estatuto de utilidade pública, que a mesma pretende obter, ao abrigo e nos termos da Lei nº 36/2021, de 14 de junho (Lei-quadro do estatuto de utilidade pública). -----

----- 2. A atribuição do estatuto da utilidade pública compete ao Governo Regional, de acordo com o disposto no artigo 16º, nº 3, do Anexo à supracitada lei, devendo ser instruído com parecer fundamentado da câmara municipal da área da sua sede, nos termos do artigo 8º, nº 1, alínea d), do mesmo diploma. -----

----- 3. O estatuto de utilidade pública pode ser atribuído às pessoas coletivas que prossigam fins de interesse geral, regional ou local e que cooperem, nesse âmbito, com a administração central, regional ou local, considerando-se como fins relevantes, entre outros, aqueles que se traduzam no benefício da sociedade em geral ou dos seus associados, quando a sua atividade estiver compreendida em algum dos diversos setores previstos no artigo 4º, nº 3, tais como, nos setores do ensino ou educação e juventude (artigo 4º, nº 3, alíneas e) e g)). -----

----- 4. A FAPA - Federação das Associações de Pais e Encarregados de Educação dos Açores encontra-se constituída desde 13 de julho de 2021 e exerce a sua atividade na área do ensino e da educação dos jovens, cooperando com a administração pública central regional, e com a administração pública local, na dinamização, defesa e representação das associações de pais e encarregados de educação, promovendo e fomentando a participação de todos os parceiros responsáveis no desenvolvimento do processo educativo dos jovens, e procurando a dignificação do ensino nos seus vários aspetos, designadamente, na qualidade, eficiência, disciplina, nesse âmbito fomentando e colaborando ainda em atividades de caráter pedagógico, cultural e social (conforme estipula o artigo 2º dos seus Estatutos).-----

----- 5. Nesse contexto, a requerente já organizou, promoveu e participou em diversas ações concretas, tais como ações de sensibilização, seminários (como, por exemplo, o recente seminário sobre “A Educação numa visão de Futuro”, que decorreu de 24 a 26 de março), eventos e intervenções várias, promovendo e satisfazendo necessidades educativas e culturais dos jovens açorianos, defendendo e promovendo a sua melhor educação e formação, prosseguindo, portanto e efetivamente, fins de interesse público local e regional, em cooperação com a Administração Pública Local e Regional, e exercendo uma atividade de manifesta relevância educativa, cultural e social, em benefício não só do concelho da Praia da Vitória, como, também, da Ilha Terceira e da Região Autónoma dos Açores.-----

----- Em face de todo o exposto e nos termos e para os efeitos previstos na alínea d), do nº 1, do artigo 8º, do Anexo à Lei nº 36/2021, de 14 de junho (Lei-quadro do estatuto de utilidade pública), propõe-se que a Câmara Municipal da Praia da Vitória emita parecer favorável à atribuição do estatuto de utilidade pública, à FAPA - Federação das Associações de Pais e Encarregados de Educação dos Açores.”-----

----- **A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta em causa.**-----



----- (05/10) PROPOSTA - APOIO NO ÂMBITO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO ÀS FESTAS DAS FREGUESIAS E VILA DO CONCELHO – FESTAS DE NOSSA SENHORA DA PENA’2022, FONTINHAS:--

----- Proposta n.º 1065/2023, datada de 24 de abril findo, da Sr.ª Presidente da Câmara Municipal, do seguinte teor:-----

----- “Considerando a importância das festas tradicionais nas freguesias e vila do concelho da Praia da Vitória, onde a expressão da cultura e tradições está enraizada nas populações e constitui um potencial do desenvolvimento turístico da ilha Terceira; -----

----- Considerando o trabalho, esforço e dedicação das comissões de festas, que habitualmente enfrentam grandes desafios quer na sua constituição, quer na concretização dos programas festivos;-----

----- Considerando o Regulamento Municipal de Apoio às Festas nas Freguesias e Vila do Concelho da Praia da Vitória, aprovado pela Câmara Municipal da Praia da Vitória e pela Assembleia Municipal da Praia da Vitória, publicado em Diário da República, com o aviso 1150/2018, de 24 de janeiro;-----

----- Considerando o pedido efetuado pela Junta de Freguesia no dia 07 de julho de 2022 para o apoio às festas tradicionais em Honra de Nossa Senhora da Pena, desse mesmo ano;-----

----- Considerando que, por lapso dos nossos serviços, não foi dado o encaminhamento necessário para que tal apoio fosse concedido;-----

----- Considerando que a Junta de Freguesia das Fontinhas adiantou a verba, ficando à espera da transferência do montante por parte deste Município;-----

----- Proponho que a Câmara Municipal delibere, nos termos da alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a atribuição do apoio de € 640,00 (seiscentos e quarenta euros), bem como o Contrato-Programa em anexo, no âmbito do pedido enviado pela Junta de Freguesia das Fontinhas, documento que é parte integrante da presente proposta.”-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta em apreço. -----

----- (06/10) ATA DA COMISSÃO DE ANÁLISE PARA ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO PARA O ANO LETIVO DE 2022/2023:-----

----- Presente a Ata, datada de 17 de abril findo, da Comissão de Análise das candidaturas para atribuição das bolsas de estudo para o ano letivo de 2022/2023, do seguinte teor:-----

----- “Aos dezassete dias do mês de abril de dois mil e vinte e três, pelas catorze horas, no edifício da Câmara Municipal, sito à Rua do Cruzeiro, reuniu a Comissão de Análise das candidaturas nomeada por despacho da Exmª Senhora Presidente da Câmara.-----

----- A Comissão é composta pelas Técnicas Superiores, Anabela Gomes Vitorino Leal, Ana Catarina Leal Aguiar e Cátia Vanessa Silva Gomes.-----

----- A Comissão reuniu em virtude de ter dado entrada nos nossos serviços a comunicação da bolseira [REDACTED] de que tinha terminado o



curso. Tendo em conta esta informação propõe a Comissão anular a atribuição da bolsa a partir do mês de abril. -----

----- Nada mais havendo a tratar, foi elaborada a presente ata a qual foi achada conforme e vai ser assinada por todos os presentes, para ser presente a reunião Camarária para deliberação.”-----

----- **A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a presente Ata da Comissão de Análise para anulação da atribuição da Bolsa de Estudo em apreço.** ---

----- **(07/10) PROPOSTA – ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO - CENTRO SOCIAL DO JUNCAL:**-----

----- Proposta n.º 1066/2023, datada de 21 de abril findo, da Vereadora com competência delegada, Dr.ª Otília Martins, do seguinte teor: -----

----- «O Centro Social do Juncal, Instituição Particular de Solidariedade Social, apresentou um requerimento a solicitar a isenção do pagamento de todas as taxas, prevista no Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas de Urbanização e Edificação, Aviso n.º 9600/2009, com as alterações introduzidas pelo Aviso n.º 24767/2011, de 27 de Dezembro de 2011, Aviso n.º 9935/2012, de 23 de Julho e Regulamento (extrato) n.º 430/2014, de 3 de outubro. -----

----- Tendo em conta o disposto no artigo 6.º, do citado regulamento, em que “Poderão ser isentas pela Câmara Municipal do pagamento das taxas estabelecidas no presente diploma e na respetiva tabela: -----

----- a) As associações religiosas, culturais, desportivas, recreativas e as instituições particulares de solidariedade social, desde que legalmente constituídas e quando as pretensões visem a prossecução dos respetivos fins estatutários; -----

----- (...)” -----

----- Proponho nos termos do disposto no Regulamento supra citado, que se isente a Instituição em causa do pagamento de todas as taxas referentes ao projeto de legalização e ampliação do centro social, sito na Estrada do Juncal, n.º 47, freguesia de Santa Cruz.»

----- **A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta em causa.** -----

----- Todos os documentos relacionados com os pontos da ordem do dia, encontram-se no edifício da Câmara Municipal da Praia da Vitória, sito na Rua do Cruzeiro, à disposição para as consultas tidas por convenientes. -----

----- **APROVAÇÃO DA ATA:** A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta a ata em causa, de acordo com o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----



PRAIA DA VITÓRIA
Câmara Municipal

-----**ENCERRAMENTO:** Não havendo outros assuntos a tratar, nesta reunião, a Exma. Presidente declarou encerrada a ordem de trabalhos eram quinze horas e vinte e cinco minutos, pelo que de tudo para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Exm.^a Senhora Presidente e pela Chefe da Divisão Administrativa e Jurídica.-----

Ass: _____

Ass: _____